

Brasil no século XXI: a inserção passiva na internacionalização econômica



VIRGÍLIO ARRAES

Departamento de História – Universidade de Brasília (HIS/UnB)

Sociedad y Discurso
Número 19: 72-93
Universidad de Aalborg
www.discurso.aau.dk
ISSN 1601-1686

Resumo: o artigo aborda um aspecto da economia brasileira no século XXI: a inserção internacional das corporações nacionais. Em função da adesão ao neoliberalismo nos anos 90, o Brasil optou por gradativamente especializar-se na agroexportação. Com isso, o segmento industrial do Brasil cada vez mais se encolhe, o que dificulta em termos quantitativos a presença nos mercados internacionais.

Palavras-chaves: Brasil; industrialização; globalização.

Abstract: the article deals with um one issue of Brazilian economy in the 21st century: the international insertion of Brazilian corporations. Because of to the neoliberalism in the nineties, Brazil has gradually chosen to specialize in agrobusiness. Therefore, the industrial sector in Brasil more often.

Key words: Brazil; industrialization; globalization

Internacionalização: novos ventos econômicos

Na transição dos anos 80 para os 90, o pós-Guerra Fria ocasionou o aumento da circulação de capital em todo o globo, através do investimento externo direto (IED) ¹ ou do de portfólio, tendo em vista o rápido ‘encolhimento’ geográfico de países socialistas (Leste da Europa basicamente) e nacional-desenvolvimentistas (América do Sul e Ásia).

O investimento externo direto resulta na movimentação de capital de uma pessoa jurídica (empresa ou corporação) além de sua fronteira costumeira, com o objetivo de efetivar uma aplicação por meio da qual ela possa exercer o controle total ou parcial de uma unidade produtiva – filial, subsidiária ou parceria (joint venture). Como conseqüência da

¹ Por vezes, chamado de investimento direto estrangeiro (IDE).

transformação econômica na virada da década de 80 para a de 90, a aplicação de medidas protecionistas reduziu-se bastante na nova ordem mundial, estruturada esta sob maior número de países formalmente democráticos, ao se aceitar a predominância da doutrina neoliberal na economia.

Em vários países sul-americanos ou asiáticos, isso obrigou a maior parte dos setores industriais ou dos de serviços a adaptarem-se de maneira rápida à nova configuração global, sob pena de definharem de maneira definitiva. Uma das saídas de sobrevivência foi a de internacionalizar suas atividades, através do aludido investimento externo direto. A inserção externa deriva da possibilidade de mais oportunidades para a expansão da produção, a despeito da continuidade de certas restrições, normalmente, através de barreiras alfandegárias, sob justificativas políticas ou mesmo econômicas. A mensuração do processo de internacionalização ocorre por meio da quantidade dos fluxos de bens e de capital.

De modo geral, a sociedade posiciona-se favoravelmente ao investimento externo direto, à medida que ele providencia a melhora local da tecnologia, da qualidade e da quantidade da mão-de-obra e do método gerencial também. Em suma, o investimento é bem vindo se possibilitar o aumento constante da produtividade e, portanto, do ritmo do desenvolvimento econômico, tendo por uma das finalidades principais a redução da desigualdade socioeconômica de uma determinada sociedade, através da geração de maior riqueza.

Por outro lado, ela posiciona-se desfavoravelmente a este tipo de investimento, à proporção que ele se aproveita de fragilidades de um país no tocante à legislação social, ambiental, tributária ou trabalhista desatualizada ou insuficiente e à fiscalização governamental omissa ou corrupta. Em resumo, o investimento externo não é bem vindo se desencadear o aumento substantivo da produtividade às custas da exploração intensa da mão-de-obra e da degradação do meio ambiente. Além do mais, a tecnologia trazida por uma corporação multinacional pode ser obsoleta.

Portanto, cabe a um país, através da atuação conjunta do governo e da sociedade civil, organizar e supervisionar seu relacionamento com as corporações multinacionais. De acordo com suas necessidades de desenvolvimento, ele pode estimulá-las a comercializar em larga escala para a exportação ou para o mercado interno ou ainda a se relacionar com as empresas locais, com o objetivo de estruturar determinadas cadeias de produção.

Com o advento do modelo democrático neoliberal, boa parte das maiores empresas brasileiras foi fechada, incorporada por multinacionais ou privatizada. A princípio, acreditou-se na ampla modernização tecnológica do setor industrial, bastante diversificado, mas, com o passar do tempo, consolida-se cada vez mais no Brasil a gradativa especialização na agroexportação. (Sodré, 2004: 369-408; Gonçalves, 2002: 24-25; Jensen, 2003: 587-592).

Brasil: democracia e neoliberalismo nos anos 80 e 90

A ditadura militar encerrou-se oficialmente no Brasil em 15 de março de 1985, após quase 21 anos de vigência, com a posse do vice-presidente José Sarney, por causa do impedimento do titular, Tancredo Neves, internado de modo emergencial no dia anterior². Sua chapa pertencia ao Partido do Movimento Democrático do Brasil (PMDB) que havia derrotado o Partido da Democracia Social (PDS), grupo da situação, por larga margem de votos em uma eleição indireta em 15 de janeiro do mesmo ano. A duração do mandato foi de cinco anos – ele se estenderia até 15 de março de 1990.

Sarney, ele mesmo egresso do PDS, teve dificuldades de governar, uma vez que havia herdado o país com inflação alta, desigualdade social extrema, constantes denúncias de corrupção, infra-estrutura deficiente entre outros aspectos. Além do mais, o maior partido da época, o PMDB, agremiação de oposição durante o período de autoritarismo, nunca aceitou totalmente sua administração, por enxergar nela a continuidade parcial do período do militarismo.

De forma tímida, as primeiras reformas neoliberais no Brasil foram efetivadas no país ainda na primeira metade da gestão de Sarney. Na época da ditadura, a doutrina econômica predominante era o nacional-desenvolvimentismo, representado pela presença constante no Estado em setores considerados estratégicos ao desenvolvimento do país: energia, saneamento, telefonia, informática, rodovias, siderurgia, entre outras atividades. Além do mais, havia mais proteção à indústria nacional, fosse privada ou fosse estatal. Em decorrência do protecionismo (às vezes, excessivo), muitas delas não tinham interesse em se equipararem tecnologicamente às suas similares norte-americanas, européias ou japonesas ou investir em mercados internacionais, por conta própria ou por meio de parcerias.

Paralelamente à aplicação do Plano Cruzado em 1986, voltado para debelar a inflação acima de três dígitos ao ano no país, o governo iniciou a privatização total de algumas

² Neves faleceu no dia 21 de abril, sem nunca ter assumido o poder.

estatais, ao modificar bastante a legislação. Todavia, apesar dos esforços, a venda de empresas governamentais restringiu-se, em um primeiro momento, quase que ao capital nacional. Este, no entanto, era insuficiente para adquiri-las pelo valor real e providenciar os investimentos necessários para modernizá-las. Ao mesmo tempo, o governo não tinha mais as condições adequadas para investir em suas empresas.

Em 1988, o governo Sarney instituiu o Programa Federal de Desestatização, com a finalidade de interromper o déficit público cada vez maior, desregulamentar a economia e estimular o processo de concessões públicas para o setor privado, independentemente da origem da nacionalidade. Com isso, esperava-se que o capital norte-americano, europeu e japonês viesse de forma maciça para adquirir empresas governamentais, o que terminou por não acontecer, por causa da instabilidade econômica: inflação alta, insuficiência de verbas estatais para a manutenção da infra-estrutura e denúncias de malversação de verbas públicas desestimularam inclusive alianças com firmas nacionais.

Seu sucessor na presidência da República, Fernando Collor de Mello, do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), ampliou a abertura da economia brasileira, a partir da segunda metade de março de 1990, com várias medidas administrativas, muitas das quais integrantes do Programa Nacional de Desestatização³. Collor de Mello iniciou sua carreira política no final do período autoritário por meio do PDS. Todavia, no início da democracia, ele migrou para o PMDB. Anos depois, ao almejar candidatar-se à presidência da República, ele novamente mudaria de partido.

Seu mandato caracterizou-se por um objetivo incessante: finalizar a transição do nacional-desenvolvimentismo para o neoliberal-desenvolvimentismo. Além das tentativas de privatização, a proteção às indústrias nacionais diminuiu bastante, uma vez que as importações tiveram suas alíquotas reduzidas em curto prazo de tempo, sem possibilitar uma fase de transição adequada. O objetivo era promover a modernização da economia brasileira de modo acelerado, ainda que isso causasse fechamento de empresas ou absorção de muitas por firmas estrangeiras, mesmo das consideradas mais desenvolvidas ou pertencentes aos setores outrora vistos como estratégicos.

Em função das várias denúncias de corrupção no governo e da instabilidade da economia, materializada na volta da inflação e na recessão, Collor de Mello terminou por sofrer a primeira destituição (impeachment) da história brasileira pelo Congresso Nacional em

³ O capital externo poderia adquirir quarenta por cento (40%) das ações com direito a voto e cem por cento (100%) das sem direito de voto.

29 de dezembro de 1992 (o mandato originalmente iria até 1º de janeiro de 1995). Por causa do desgaste político gradativo, Collor não pôde completar a execução total das privatizações.

Seu substituto foi o vice-presidente Itamar Franco. Ao assumir o cargo, ele manteve, embora em ritmo menor e com algumas modificações, o processo de privatização. Por meio de decreto presidencial, Franco decidiu: os fundos de pensão das estatais não poderiam participar do programa de privatização e a utilização dos chamados créditos podres (parte dos títulos da dívida pública com baixa liquidez) teria de ser avaliada pela presidência da República em uma eventual aquisição de uma empresa de propriedade governamental⁴.

Paralelamente, Franco encarregou-se de diminuir as alíquotas de importação de muitos outros produtos, o que contribuiu para afetar negativamente a balança comercial no último trimestre de sua gestão. Se, por um lado, contribuiu para que a inflação não se elevasse, por outro, isto significou no curto prazo a possibilidade de falência ou de incorporação de muitas empresas brasileiras por similares estrangeiras, visto que elas não teriam capacidade de novamente se adaptarem tão rapidamente à nova realidade. De todo modo, firmava-se a perspectiva do paradigma democrático neoliberal no Brasil.

O herdeiro de Franco na presidência foi Fernando Henrique Cardoso (FHC) do Partido da Social-Democracia do Brasil (PSDB), o primeiro a ser reeleito no Brasil, graças a uma emenda constitucional sem precedentes na história do Brasil – 1º de janeiro de 1995 a 1º de janeiro de 2003.

No seu governo, o ritmo de abertura da economia e de privatizações aumentou. Naquela altura, os governos de todo o continente americano (com exceção de Cuba) debatiam o estabelecimento de uma área de livre comércio continental (ALCA), como desdobramento do NAFTA, constituído por Estados Unidos, Canadá e México a partir de 1º de janeiro de 1994. A pauta de negociação dos trinta e quatro países contemplou a necessidade de liberalizar ainda mais o comércio de bens e de introduzir uma legislação comum para tópicos conectados a serviços, propriedade intelectual, investimentos, subsídios, salvaguardas etc.

Contudo, os debates não vislumbraram a perspectiva de uma união monetária, nem a constituição de um banco central comum⁵. Nas discussões prévias dos grupos de trabalho dos

⁴ A razão para isso havia decorrido da diferença substancial entre o valor de face de um título e a cotação real nos mercados internacionais. Às vezes, comprava-se pela metade do preço (por isso, o nome ‘podre’), mas o Brasil até então o aceitava com o valor integral na aquisição de ações das estatais. Desta forma, o governo perdia bastante

⁵ O dólar seria fixado de modo gradativo como a moeda continental. O Equador havia sido o primeiro a adotar isso, em 2000, e El Salvador, o segundo, em 2001.

diplomatas e depois das conversas entre presidentes e primeiros-ministros, preocupações trabalhistas e ambientais não integraram a parte central dos debates para a implementação futura do bloco americano.

Naquele período, o governo FHC dedicou-se a consolidar a atuação do Brasil no agronegócio (como suco de laranja, café, carne, açúcar e soja) e em setores industriais tradicionais, com emprego de mão-de-obra intensa (como o têxtil e o de calçados), tendo em vista a seguinte justificativa: a impossibilidade de concorrer com a indústria norte-americana, canadense e mesmo mexicana, por causa dos milhares de filiais das corporações estadunidenses. Naquela época, o Brasil avaliou que a ALCA existiria independentemente de suas objeções ou de suas ponderações.

Diante da inevitabilidade da implementação dela no curto prazo, o país passou a valorizar sua suposta vocação natural, a agrícola. Escolheu-se, portanto, a forma pela qual o Brasil se inseriria internacionalmente. A opção encontraria diversas barreiras, dado que os países são normalmente mais protecionistas no que diz respeito ao setor agrícola. Em troca do acesso a seus produtos primários, o país ofertava como contrapartida compensações nos segmentos de propriedade intelectual, investimentos estrangeiros, bens industriais e serviços⁶.

O prazo final para o estabelecimento do amplo bloco de livre comércio foi 2005. Todos os países da região ingressariam nele, à exceção de Cuba. Entre 2001 e 2002, as diplomacias produziram uma minuta com cerca de 350 páginas, dividida em dez capítulos, mas, em decorrência do atentado terrorista de setembro de 2001, a prioridade da política externa norte-americana se alterou e, desta forma, a idéia da ALCA se tornaria secundária, ainda que não fosse totalmente suspensa.

Mesmo assim, os Estados Unidos divulgaram seu posicionamento perante a hipotética área de livre comércio das Américas. Na parte de investimentos, a Casa Branca defendeu o fim de políticas favoráveis a empresas nacionais diante das estrangeiras, mesmo que fossem compensatórias. Na prática, a eventual ALCA proporcionaria a todos os países membros tratamento igualitário, de maneira que as tarifas de importação seriam gradativamente eliminadas.

⁶ Cite-se o posicionamento extremo da França, por exemplo, ao invocar o paradigma da segurança alimentar para continuar a subsidiar o setor. Na concepção francesa, um país não pode depender de outros para seu abastecimento.

Deste modo, se ela fosse implementada, não poderia haver mais o estabelecimento de graus de conteúdo local ou de preferência a bens produzidos dentro do próprio país. Não haveria também nenhum tipo de restrição relativa à venda de determinados bens nos países-membros, como as das zonas especiais de exportação, por exemplo, existentes tanto no Brasil como na China.

Acrescente-se que o futuro investidor teria garantias de efetivar a qualquer tempo suas remessas de lucros e repatriação do capital investido e não teria, por outro lado, obrigação de firmar acordos vinculados à transferência de tecnologia. Além do mais, os investidores desfrutariam de status mais elevado, ao poder recorrer à arbitragem internacional, elevando-se acima da legislação de cada país aderente ao tratado de livre comércio.

Ante o exposto, revela-se que o ambiente político-econômico regional teria sido bastante desfavorável à atuação das empresas sul-americanas, especialmente as brasileiras, impossibilitadas de competir financeira e tecnologicamente com suas similares da América do Norte, porque as políticas de estímulo estatal a determinados segmentos estariam definitivamente suprimidas⁷ (Fausto, 2004:517-528; Nogueira Batista, 2003: 267-277).

Século XXI: a continuidade da perspectiva neoliberal

Em janeiro de 2003, o Partido dos Trabalhadores (PT) sucedeu no Poder Executivo o Partido da Social-Democracia do Brasil (PSDB). Fernando Henrique Cardoso, ao passar a faixa presidencial a Luís Inácio Lula da Silva, legou a ele uma herança classificada pelo grupo do novo presidente de ‘maldita’. A razão para o termo decorria da fragilidade econômica: perspectiva de alta significativa da inflação (acima de dois dígitos em doze meses) e do percentual da taxa básica de juros (25% ao ano, a mais alta do mundo)⁸.

Eleito sob a perspectiva de mudança socioeconômica, o PT logo se acomodou politicamente, ao preferir manter a gestão econômica predecessora. A ortodoxia foi justificada porque supostamente haveria a possibilidade de os efeitos negativos aumentarem. Com isso, o governo estabeleceu uma parceria privilegiada com o segmento financeiro, a quem tanto havia criticado durante anos.

⁷ O Brasil apoiava-se em dois fatores basicamente: mão-de-obra barata e vastos recursos naturais, por conta da diversidade de seus minérios, terras férteis e bacias hidrográficas. A Casa Branca, apesar da redução do grau de subsídio ou de financiamento da agricultura por leis de 1990 e 1996, tentou deslocar para a Organização Mundial do Comércio as discussões sobre produtos agrícolas, de modo que se postergasse a abertura de seu próprio mercado aos concorrentes brasileiros, argentinos, venezuelanos, colombianos, entre outros.

⁸ Ela tem sido a base dos rendimentos dos títulos da dívida pública do país desde a década de 90.

Como decorrência do novo comportamento, a administração de Lula convidou Henrique Meireles para presidir o Banco Central. Ele havia sido funcionário de alto escalão na década de 90 de um dos maiores bancos dos Estados Unidos, o FleetBoston Financial; após retirar-se da instituição, ele se candidatou a deputado federal pelo PSDB, mesmo partido do presidente FHC. Eleito, não tomou posse porque o PT convidá-lo-ia para o cargo, apesar de ele abertamente pertencer à oposição. Desta maneira, o governo Lula, de forma estranha a seus tradicionais eleitores, endossou a manutenção na economia das práticas e dos acordos feitos pela gestão anterior, caracterizada pelo entusiasmo com o neoliberalismo. Por conseguinte, isso sinalizou que a renovação ampla, aguardada pelo eleitorado, não ocorreria (Mota, Lopez, 2008:968-997).

Desde os primeiros dias, o posicionamento da gestão Lula foi o de manter um regime de metas de inflação, estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional entre 2,5% a 6,5% ao ano, e a manutenção de um superávit primário, em torno de 4,5% do produto interno bruto, com a finalidade de manter em dia o pagamento dos juros da dívida pública – essencialmente a interna. O câmbio permaneceria flutuante: ao assumir, um dólar valia cerca de 4 reais. Hoje, situa-se em torno de R\$ 1,60.

Em oito anos de administração sob Lula, a inflação no Brasil foi relativamente contida, mas a taxa de crescimento do produto interno bruto manteve-se bastante modesta, se comparada à de outros países em desenvolvimento como Argentina, China, Índia e Rússia, por exemplo, apesar de a economia mundial ter tido ventos extremamente favoráveis até a crise dos Estados Unidos em 2008⁹.

A título de comparação, entre 2003 e 2010, observe-se que o Brasil obteve o menor desempenho médio entre todos eles, com exceção do México, há muito tempo com a economia debilitada, em função da transferência de filiais de corporações norte-americanas para a China e da ascensão do crime organizado.

⁹ A escolha dos países deveu-se ao acrônimo BRICs, termo que os mercados utilizam para caracterizar Brasil, China, Índia e Rússia como os emergentes de maior peso político e econômico. Recentemente, a África do Sul foi incorporada a eles. A Argentina figura por ser o segundo maior componente do MERCOSUL (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai). O México por ter uma economia assemelhada à do Brasil.

País/ Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Argentina	8.8	9.0	9.2	8.5	8.7	6.8	0.9	9.2
Brasil	1.1	5.7	3.2	4.0	6.1	5.2	-0.6	7.5
China	10.0	10.1	11.3	12.7	14.2	9.6	9.1	10.3
Índia	8.4	8.3	9.3	9.3	9.8	4.9	9.1	8.6
Rússia	7.3	7.2	6.4	8.2	8.5	5.2	-7.9	3.8
México	1.4	4.0	3.2	4.9	3.3	1.5	-6.5	5.5

Fonte Principal: Banco Mundial

A internacionalização tortuosa das corporações brasileiras

Com o encerramento da disputa bipolar, houve no mundo melhores condições para a formação ou a consolidação de blocos econômicos e, ao mesmo tempo, para a movimentação dos investimentos externos e para a redução das barreiras alfandegárias, por meio inicialmente do Acordo Geral de Tarifas e Preferências (GATT) e depois da Organização Mundial do Comércio (OMC). Nas últimas duas décadas, o Brasil não conseguiu aproveitar de forma conveniente as oportunidades advindas do cenário global.

Sem dúvida, a indústria brasileira modernizou-se bastante e parcialmente sobreviveu diante de maior competição internacional. Seu maior problema, no entanto, subsiste até os dias de hoje: os mais altos juros básicos, com exceção de pequenos períodos, do planeta. Normalmente, eles situam-se acima de 10% ao ano, se calculados *ex ante*, ou seja, desconsiderada a expectativa de inflação em um período de doze meses diante da taxa básica nominal – em janeiro de 2003, ela era 25,50%; em dezembro de 2010, 10,75%.

Classificação	País	Juro real ao ano	Classificação	País	Juro real ao ano
1	Brasil	5.5%	6	Polônia	0.8%
2	Austrália	1.9%	7	Malásia	0.7%
3	Áf. do Sul	1.8%	8	China	0.7%
4	Hungria	1.0%	9	Formosa	0.4%
5	Filipinas	1.0%	10	Chile	0.3%

Fonte: Exame

Existem duas conseqüências negativas para as corporações nacionais, por causa de juros elevados: a primeira relaciona-se com a captação de recursos internamente. Ela é bem

mais alta que no restante do mundo, o que atrapalha a tomada de decisão no tocante à diversificação dos investimentos, tendo por efeito básico o retardamento da ampliação das atividades;

A segunda vincula-se à valorização excessiva do real, a moeda nacional desde 1994, o que dificulta claramente o esforço de aumentar as exportações, principalmente as do setor industrial. Registre-se, por exemplo, a incapacidade de a indústria brasileira competir com as de outros países, especialmente com os chamados Tigres ou Dragões Asiáticos (Coreia do Sul, Hong Kong, Formosa e Cingapura).

Outrora destacada nos mercados internacionais em setores tradicionais como o de calçados ou o de têxteis, a indústria nacional tem extrema dificuldade para rivalizar em segmentos avançados como o químico ou o automotivo. Com a redução significativa das barreiras alfandegárias, por conta de acordos comerciais regionais ou internacionais, e com a valorização desmedida da moeda local, por causa dos juros altos, as importações de produtos têm aumentado muito nas duas últimas décadas e, por conseguinte, dificultado as vendas para outros países.

O efeito mais visível é a desarticulação das cadeias produtivas internas, muitas das quais levaram dezenas de anos para se constituírem. Saliente-se outro aspecto das importações crescentes: a redução do saldo positivo da balança comercial. O resultado de 2010, último ano do governo Lula, foi o pior de sua gestão: apenas pouco mais de 20 bilhões de dólares. Em 2006, ele havia-se aproximado de 46 bilhões e meio de dólares (Balança Comercial Brasileira, 2010).

Há mais um efeito desfavorável, além da dificuldade de internacionalizar o produto brasileiro, que é o social, uma vez que há a ampliação do desemprego e a diminuição da renda de trabalhadores relacionados com o segmento industrial. A adversidade é amenizada porque o governo concede o seguro-desemprego com um valor entre 545 (valor do salário mínimo oficial) e 1019 reais por até 5 meses normalmente (a partir de março de 2011) e a bolsa-família, cujo valor vai de 32 a 242 reais (a datar de abril de 2011) – (Ministério do Trabalho 2011; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome 2011).

Outrossim, acrescente-se que o empresariado brasileiro de modo freqüente se queixa das alíquotas dos impostos voltadas para os produtos destinados ao mercado externo, o que prejudica ainda mais a competitividade do país.

Por último, adicione-se outro óbice significativo: a decisão, desde o início dos anos 90, de o Brasil abraçar o modelo agroexportador, o que faz com que a diplomacia dedique a ele bastante tempo nos foros regionais e internacionais. A título de exemplo, mencionem-se a criação do G-20, com o propósito de acelerar a liberalização da agricultura nas disposições da Organização Mundial do Comércio, e a presença no Grupo de Cairns. Nas negociações de uma possível ALCA e nos debates comerciais entre o MERCOSUL e a União Européia, a posição do Ministério das Relações Exteriores (MRE) no tocante à defesa do agronegócio foi destacada.

Observa-se abaixo o crescimento ininterrupto da participação dos produtos primários nas exportações do Brasil do final do governo FHC até ao último ano da gestão Lula. Nesse sentido, o século XXI representa para o país um revés no processo de industrialização, considerado de suma importância desde a década de 30 para o desenvolvimento socioeconômico e para a segurança nacional.

Na primeira tabela, desenvolvida pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), constata-se que, em dez anos apenas, a participação dos manufaturados caiu 20 pontos, enquanto a dos produtos primários praticamente dobrou sua presença.

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Operações especiais	2,7	3,0	2,4	1,8	1,6	2,1	2,2	2,1	2,6	2,1	2,0
Primários	22,8	26,3	28,1	28,9	29,5	29,3	29,2	32,1	36,9	40,5	44,6
Semimanufaturados	15,4	14,1	14,8	15,0	13,9	13,5	14,2	13,6	13,7	13,4	14
Manufaturados	59,1	56,5	54,7	54,3	55,0	55,1	54,4	52,3	46,8	44,0	39,4

Fonte: MDIC

Na segunda tabela, elaborada a partir das informações disponibilizadas pelo MDIC pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), pormenorizam-se mais os dados acerca da crescente desindustrialização do Brasil nos últimos anos¹⁰.

¹⁰ Até o encerramento do artigo, 30 de abril de 2011, as informações sistematizadas do segundo semestre de 2010 não estavam ainda disponíveis no sítio da Firjan.

Setor	Alta intensidade tecnológica	Baixa intensidade tecnológica	Commodities primárias	Intensivo em trabalho e em recursos naturais	Média intensidade tecnológica	Petróleos e derivados
Período						
1999.1	12,4	9,4	44,8	11,7	19,7	2,0
1999.2	13,7	9,2	44,0	12,1	18,5	2,4
2000.1	15,8	9,5	41,2	12,2	18,5	2,8
2000.2	17,7	9,4	38,7	12,1	18,5	3,6
2001.1	17,1	8,3	38,9	12,0	18,3	5,4
2001.2	16,4	8,0	40,5	11,9	17,6	5,6
2002.1	16,5	8,1	39,9	12,5	17,8	5,2
2002.2	14,8	8,8	40,5	12,0	17,1	6,7
2003.1	12,9	9,5	41,6	11,5	17,2	7,3
2003.2	11,9	9,6	41,1	11,8	18,6	7,0
2004.1	11,7	9,6	41,6	11,6	18,9	6,5
2004.2	11,7	11,6	40,2	11,1	19,2	6,2
2005.1	11,9	12,6	39,0	10,5	20,2	5,8
2005.2	12,1	10,8	39,1	9,5	20,4	8,0
2006.1	12,1	9,7	38,8	9,2	20,5	9,7
2006.2	12,3	10,0	39,5	8,9	19,6	9,8
2007.1	12,1	10,1	40,7	8,5	18,8	9,8
2007.2	11,9	9,7	41,2	8,1	18,7	10,4
2008.1	11,7	9,4	41,9	7,4	18,0	11,6
2008.2	11,3	10,3	43,2	6,2	16,7	12,2
2009.1	11,1	9,9	47,9	5,7	15,0	10,5
2009.2	11,1	7,8	51,1	5,8	13,8	10,4
2010.1	10,4	7,4	49,4	5,8	14,1	13,0

Fonte: Firjan

No quadro classificatório dos países exportadores em 2009, o Brasil ocupou o modesto vigésimo quarto lugar, ao ser responsável por 1.2% do total mundial apenas. Em comparação com o ano anterior, o país caiu duas posições. É um desempenho bastante insuficiente, especialmente quando se compara ao de outros países em desenvolvimento como, por exemplo, Coréia do Sul, com 2.9%, México, com 1.8%, Rússia, com 2.4%, e, por último, China, com 9.6%, que finalmente conseguiu superar a Alemanha, ao se tornar o maior exportador do planeta. O número de empresas exportadoras em 2009 foi de 19 mil e 823, o mais baixo desde 2004, ano em que o Brasil chegou a ter 21 mil e 925. Mencione-se que a crise de 2008 dos Estados Unidos contribuiu para a queda.

Entre os quinze produtos mais exportados na primeira década do século XXI por empresas nacionais, destacam-se: minérios, complexo de soja, petróleo e combustíveis, carnes, açúcar, etanol, café, couro e tabaco. O crescimento econômico desproporcional dos últimos anos da indústria da China possibilitou ao Brasil exportar mais, porém centrado em uma visão de curto prazo, ao concentrar-se nas commodities. De maneira indireta, a absorção de produtos primários pelos chineses amenizou os efeitos adversos da extrema valorização da moeda do país, o Real, até o presente momento.

Os mandatos de Fernando Henrique Cardoso e de Luiz Inácio Lula da Silva valorizaram o papel do Brasil como um país especializado no fornecimento de commodities. A consequência principal dessa opção tem sido a manutenção de um grau indesejado de vulnerabilidade externa, dado que a extração de produtos primários atrela-se de forma temerária às necessidades de dois países: China e Estados Unidos. De maneira geral, mensura-se o grau de vulnerabilidade de um país por meio de sua capacidade estimada de reagir a uma eventual crise advinda de um abalo da economia global. A medição é efetivada de dois modos:

A estrutura da política econômica do próprio governo: por exemplo, a dependência extrema a capital externo para financiar o processo de endividamento. Para tanto, aumentam-se de forma constante os juros, com a finalidade de manter regular o fluxo do chamado *Hot Money*. Ao menor sinal de dificuldade para manter o pagamento, o capital especulativo imediatamente migra para outro país.

A segunda se expressa na duração dos efeitos negativos de uma crise virtual (recessão ou depressão). Quanto maior o prazo, naturalmente maior a fragilidade do país para superar as

adversidades. Países excessivamente especializados na agroexportação ou com mercados internos pouco consolidados sujeitam-se a um prolongamento mais extenso das dificuldades.

Chame-se a atenção para o fato de que a vulnerabilidade externa está muito presente no dia-a-dia da maioria das ex-colônias, desinteressadas ou incapacitadas através de suas elites de buscar por si mesmas a superação dos problemas herdados das antigas potências metropolitanas. De certo modo, o Brasil ainda se encaixa neste grupo, por não conseguir amenizar a desigualdade social significativa de sua sociedade, oficialmente escravista e aristocrática por mais de trezentos e cinquenta anos. (Gonçalves, Baumann, Canuto, Prado, 1998, p.157-158).

Inserção nos mercados mundiais: a presença retraída

Ao longo de várias gerações, diversas sociedades empenham-se para encontrar formas de diminuir a vulnerabilidade externa. Um caminho possível para isso é investir de modo constante no desenvolvimento da infra-estrutura, no aprimoramento tecnológico e no aperfeiçoamento da mão-de-obra. Com a elevação da produtividade, a consequência natural seria a participação mais intensa de empresas brasileiras no mercado internacional.

A abertura da economia brasileira no início dos anos 90 ocasionou um processo de supressão progressiva das barreiras alfandegárias e não alfandegárias. Um dos efeitos foi a rápida exposição das empresas nacionais aos padrões internacionais de competitividade. Muitas não conseguiram resistir à competição com os países norte-americanos, europeus e chinês, dadas sua obsolescência tecnológica, defasagem na capacitação da mão-de-obra e utilização de métodos gerenciais tradicionais.

Naquele momento, a sociedade brasileira enxergou duas maneiras básicas de inserir-se no mercado mundial: a exportação de produtos vinculados a setores tradicionais da I e da II Revolução Industrial, em decorrência da quantidade de matérias-primas e da mão-de-obra barata. O outro seria por meio do investimento externo direto, resultado da combinação de tecnologia de última geração, de trabalhadores bem capacitados, ainda que nem sempre bem remunerados, da disponibilidade de capital próprio (ou da capacidade de obtê-lo no curto e no médio prazo), e da posse de uma marca bem conceituada. O setor financeiro, por conta do Banco do Brasil, e o petrolífero, por causa da Petrobras, poderiam representar muito bem essa via de inserção.

De modo geral, a finalidade do investimento externo direto é reduzir o custo da produção por múltiplos caminhos: proximidade das matérias-primas; existência de boa infraestrutura; mão-de-obra capacitada e se possível de remuneração mais baixa; mercado consumidor amplo; regime político estável, de preferência democrático em que haja de fato a tripartição de poderes; possibilidade de parceria com empresas locais (joint ventures); por fim, a aplicação de legislação trabalhista, tributária, ambiental e social favorável ao capital em detrimento das necessidades cotidianas da sociedade.

Após duas décadas de adesão à democracia neoliberal, por meio de qual caminho o Brasil teria alcançado maior êxito? Como ponto de partida, saliente-se que o país, caso fosse posto ao lado da China, Japão, Estados Unidos, Alemanha, Grã-Bretanha ou França, teria mais vantagem na posse de matérias-primas do que no desenvolvimento de tecnologias mais avançadas ou na aplicação de métodos gerenciais de produção e de comercialização mais eficientes.

Na teoria, a exportação poderia anteceder o investimento externo direto, ao possibilitar a uma corporação verificar o grau de aceitação de seu produto em outros mercados. Se ele fosse aprovado pela maioria dos consumidores, haveria o estímulo suficiente para fabricá-lo em quantidade maior e fora de suas fronteiras, de maneira individual ou coletiva, através de uma parceria ou ainda do simples licenciamento da marca. No entanto, as corporações brasileiras não têm tido sucesso nesse último desdobramento.

De acordo com o relatório de 2010 da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), o desempenho do Brasil não foi animador em 2008, visto que o país, não obstante o tamanho do produto interno bruto e de uma população com quase 200 milhões, detinha apenas 3 companhias entre as cem maiores do mundo em desenvolvimento no tocante a ativos externos¹¹.

A melhor classificação foi a da Vale (antiga Companhia do Vale do Rio Doce) ao atingir o nono lugar. Suas atividades concentram-se em mineração, sendo a maior produtora de minério de ferro e a segunda de níquel do mundo. Ela é a segunda maior do setor do planeta¹².

Em seguida, figurou a Petrobras na décima sexta posição, com atuação em quase trinta países. Ela é uma empresa de capital aberto, tendo por acionistas principais o governo

¹¹ Desconsiderou-se a presença das corporações financeiras.

¹² Até maio de 1997, ela havia pertencido ao governo federal, sendo leiloadada por pouco mais de 3 bilhões de reais apenas.

brasileiro e alguns fundos de pensão de estatais. Destaca-se basicamente pela exploração, produção e comercialização de petróleo e de gás. Avalia-se ela entre as vinte maiores empresas do globo nesse segmento econômico em termos de reserva, de acordo com a Petrostrategies em 2011.

O último nome da trinca brasileira foi a Gerdau, vinculada ao setor de siderurgia, com a presença décimo oitavo lugar. Ela é considerada uma das quinze maiores do mundo no setor e opera em mais de dez países. Embora fossem todas elas empresas de destaque em seus respectivos ramos, nenhuma conseguiu estar entre as cem maiores do planeta.

Da América Latina, apenas o México teve uma corporação entre as cem maiores do globo: a Cemex, do setor minerador, na quinquagésima quinta posição. No mundo em desenvolvimento, ela era a terceira, abaixo de duas empresas chinesas. No total, o país contou com quatro companhias. Com desempenho mais modesto, encontraram-se a Argentina, com uma apenas, a Temium (da área de mineração) e a Venezuela, com uma também, a Petróleos de Venezuela (PDVSA), do setor energético.

Se a base de comparação for os países-membros do BRICs, a situação do Brasil decai ainda mais: a China, com a inclusão de Hong Kong e de Formosa (Taiwan), participou com mais de quarenta corporações¹³. A Rússia teve oito entre as cem maiores do mundo em desenvolvimento; a Índia, cinco; por fim, a África do Sul contou com oito. Acrescente-se, no entanto, que nenhum desses países possui corporações entre as cem maiores do mundo.

A atuação das companhias brasileiras tem-se voltado para o território latino-americano, região que abarcou em 2007 34% do investimento externo direto do país. Um dos elementos contribuintes para a presença mais intensa do Brasil na região é a atenção maior da política externa nos últimos anos. Houve de fato um reforço no Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul). Isso é iniciativa do governo Lula, dado que a gestão de FHC preocupou-se mais com os países do eixo norte-atlântico. Além do mais, o compartilhamento do mesmo regime político (democracia formal) e a proximidade geográfica naturalmente ajudam o contato econômico.

A corporação brasileira mais atuante na América Latina em 2009, ou seja, com o maior número de subsidiárias na região, foi o Ibope, empresa de pesquisa de opinião, com participação em treze países. Em seguida, segue a Petrobras com presença em onze países. Banco do Brasil, Eletrobrás, Camargo Correa, companhia do ramo de construção civil, e

¹³ Cinco das quais entre as quinze maiores. Entre as cem maiores do mundo, o país teve três corporações

Gerdau estavam em dez países também. Por outro lado, as companhias de porte mais desenvoltas, isto é, com presença em todos os continentes, foram apenas três: a Vale, a Petrobras e a Votorantim (do segmento de cimento, sucos, celulose e metalurgia).

No geral, a Vale tem sido a mais internacionalizada, ao representar-se em trinta e três países. Seguem a Petrobras, em vinte e seis países; Banco do Brasil e Votorantim, em vinte e três; Weg (especializada em motores e transformadores elétricos) e Brasil Fruit em vinte (Fundação Dom Cabral, 2010: 11-12).

Conclusão

O Brasil efetivou sua transição política e econômica em 1990. A partir daquele ano, o padrão democrático neoliberal tem subsistido, ainda que se reconheça uma variação de intensidade na sua aplicação ao longo de vinte anos - quatro presidentes em cinco eleições gerais: Fernando Collor de Mello, Itamar Cautiero Franco, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Na presente década, a participação do Brasil no comércio internacional chegou aos patamares mais altos desde os anos 80, porém apoiada bastante na agroexportação (desde 2004, o país tem sido responsável por mais de 1% do total mundial das exportações. Em 2009, o país chegou a 1,26%, ao figurar em vigésimo quarto lugar, duas posições abaixo no tocante a 2008).

Há muito tempo, conforme mencionado ao longo do texto, a política externa brasileira tem refletido com competência a escolha da elite político-econômica em termos de inserção internacional; assim, o caráter agroexportador do país consolida-se mais e mais, por se vislumbrar internamente uma vantagem substantiva do Brasil no tocante à produção de outros países.

Por causa dessa opção, o governo tem estimulado e mesmo financiado fusões de empresas do setor agrícola e extrativo nos últimos anos, com a finalidade de se expandirem as vendas externas. O principal agente tem sido o Banco Nacional de Desenvolvimento e Econômico Social (Bndes), considerado uma das principais instituições de investimento do mundo, com quantias superiores às do Banco Mundial: em 2010, o Bndes emprestou quase cento e setenta bilhões de reais (equivalente a mais de cem bilhões de dólares). O projeto de

transformá-lo em uma instituição de desenvolvimento, conforme esboçado no primeiro mandato do governo Lula, não avançou¹⁴.

No plano externo, a diplomacia brasileira tem atuado de modo mais intenso nos foros internacionais, ao assumir a defesa do segmento agrícola, como na Organização Mundial do Comércio (OMC) e na constituição em agosto de 2003 do G-20, grupo que responde por 25% das exportações globais do setor. No longo prazo, destaque-se que a concentração no setor primário não trará benefícios significativos porque sempre dependerá excessivamente da variação de consumo dos mercados internacionais, o que aumenta a vulnerabilidade externa¹⁵.

Além do mais, produtos mais sofisticados do ponto de vista tecnológico historicamente tendem a absorver parcela maior do consumo. Portanto, dedicar-se bastante ao segmento primário representa uma opção temerária para um país desejoso de se projetar no cenário internacional como grande potência, uma vez que a renda destinada a ele será menor que a de outros setores.

Caso se firme como grande agroexportador, o Brasil não terá condições de compor o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas em uma hipotética reforma, por faltar-lhe condições para ombrear-se com países tradicionalmente desenvolvidos. Por exemplo, sem tecnologia industrial de ponta, não há como desenvolver de maneira adequada o segmento militar e, por conseguinte, aparelhar bem as forças armadas.

Por outro lado, o esforço de internacionalização das empresas brasileiras é uma forma importante de manter o aperfeiçoamento tecnológico e gerencial, mesmo se vinculado demais ao setor agrícola e mineral. A presença externa constante estimula a atualização e, ao mesmo tempo, incentiva parcerias com firmas de outras nacionalidades, portadoras de inovações, especialmente as localizadas na faixa norte-atlântica e em parte do Pacífico. Acrescente-se que o processo de internacionalização ajuda a reduzir possíveis desequilíbrios no balanço de pagamentos, por causa da posse de divisas fortes pelas corporações, e a diluir eventuais gastos

¹⁴ Uma das diferenças entre um banco de investimentos e um de desenvolvimento seria relativa à extensão temporal: o primeiro volta-se para o curto prazo, por causa das necessidades do mercado, enquanto o segundo para o longo, por conta das aspirações da sociedade. A atuação de uma instituição de investimentos relaciona-se com projetos circunstanciais ou conjunturais, ao passo que a de desenvolvimento vincula-se a intervenções estruturais, de caráter estratégico para a economia de um país.

¹⁵ O comércio com a China tem sido o melhor exemplo dos últimos anos. De certa forma, o Brasil tornou-se refém das aquisições de lá. De maneira constante, os chineses tentam barganhar preços mais baixos para as commodities.

com pesquisa e desenvolvimento, tendo em vista a possibilidade de comercializar de maneira duradoura produtos em vários países.

No exterior, o Brasil tem tido êxito em três áreas basicamente: financeira, extrativista e agrícola. Diante do potencial do país, é um desempenho ainda insuficiente. Deste modo, o governo eleito em outubro de 2010 deveria considerar a alternativa de estabelecer um órgão voltado para auxiliar mais a internacionalização das companhias brasileiras¹⁶. Caso ele fosse estabelecido, o setor empresarial disporia no médio prazo de uma burocracia de fato especializada, separada do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic). Isso proporcionaria maior agilidade para a execução das ações governamentais.

Assim, o eventual órgão poderia facilitar a obtenção de crédito com juros e prazos mais apropriados em mercados internacionais. Saliente-se também que ele poderia incentivar o debate sobre uma reforma tributária porque o sistema brasileiro baseia-se na tributação cumulativa, incidente sobre o faturamento e sobre a receita bruta, e sobre a necessidade de melhorar a infra-estrutura nacional, bastante responsável pelo chamado ‘Custo Brasil’, o que encarece muito a logística das corporações no cotidiano.

Por último, o Brasil possui as condições necessárias para avançar na internacionalização (recursos naturais vastos, tecnologia avançada em vários setores e mão-de-obra especializada) mas não consegue coordená-las, de modo que pudesse ampliar sua presença de forma duradoura.

Bibliografia

Alencar Arraes, Francisco de. (1964). April Fool’s Day in Brazil. *Commonweal*, 80: 192-193;

Amann, Edmund, Baer, Werner. 2002. Neoliberalism and Its Consequences in Brazil. New York: *Journal of Latin American Studies*, v.34, n.4;

Correia de Lacerda, Antônio. (2007) Economia. In. Pinsky, Jaime (org). *O Brasil no contexto – 1987-2007*. São Paulo: Contexto;

Durão, Mariana. (2007). *O Brasil passa por reprimarização – entrevista com Reinaldo Gonçalves*. São Paulo: Correio da Cidadania, v.12, n.567;

¹⁶ Ele se basearia no *Overseas Private Investment Corporation* (OPIC), dos Estados Unidos.

Dye, David, Silva, Eduardo de Souza. (1979). A Perspective on the Brazilian State. Pittsburgh: *Latin American Research Review*, v.14, n.1;

Evans, Peter. (1977). Multinationals, State-Owned Corporations, and the Transformation of Imperialism: A Brazilian Case Study. Chicago. *Economic Development and Cultural Change*, v.26, n.1;

Fausto, Boris. *História do Brasil*. 12 ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006;
Gonçalves, Reinaldo, Baumann, Renato, Canuto, Otaviano, Prado, Luiz Carlos (orgs). (1998). *A nova economia internacional*. Uma perspectiva brasileira. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus;

Gonçalves, Reinaldo, França, Cristina, Toscano Idalvo. (2002). O Brasil nas negociações internacionais de serviços e investimentos. *Argumento*, Brasília, n.9;

Jensen, Nathan. (2003). Democratic Governance and Multinational Corporations: Political Regimes and Inflows of Foreign Direct Investment. New York: *International Organization*, v.57, n.3;

Mota, Carlos Guilherme, Lopez, Adriana. *Brasil: uma interpretação*. São Paulo: SENAC, 2008;

Nader, Valéria, Brito, Gabriel. (2010). *BNDES financia retrocesso do aparelho produtivo, que deve prosseguir no próximo governo* – entrevista com Reinaldo Gonçalves. São Paulo: *Correio da Cidadania*, v.15, n.721;

Nogueira Batista, Paulo. (2003). *ALCA e o Brasil*. Estudos Avançados, São Paulo, v.17, n.48;

Ramsey, J; Barakat, L. (2009). *Ranking das Transnacionais Brasileiras 2009*: Investimentos no exterior crescem, apesar da crise mundial. Belo Horizonte: Fundação Dom Cabral;

Ramsey, J; Barakat, L; Cruz, L; Cretoiu, S. (2010). *Ranking das Transnacionais Brasileiras 2010*: Repensando as estratégias globais. Belo Horizonte: Fundação Dom Cabral;

Sodré, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. 14 ed. Rio de Janeiro: Graphia, 2004;

Solingen, Etel. (2001). *Mapping Internationalization: Domestic and Regional Impacts*. Hoboken: *International Studies Quarterly*. v.45, n.4;

Strange, Susan. (1992). *States, Firms and Diplomacy*. Oxford: *International Affairs*, v.68, n.1;

Veiga, Pedro Motta. (2005). Brazil and the G20 group of developing countries. In: Gallagher, Peter, Low, Patrick, Stoler, Andrew (orgs). *Managing the Challenges of WTO Participation – 45 Case Studies*. New York: Cambridge University.

Sítios

- Histórico da Taxa de Juros. Banco Central do Brasil. <http://www.bcb.gov.br/?COPOMJUROS> (acesso abril 14, 2011);
- Balança Comercial Brasileira. Dados Consolidados. 2009. http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1275505327.pdf (acesso abril 14, 2011);
- Balança Comercial Brasileira. Dados Consolidados. 2010. http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1275505327.pdf (acesso abril 16, 2011);
- Series Históricas. <http://www.firjan.org.br/data/pages/4028808120E98EC7012122BA8A14346E.htm> (acesso abril 16, 2011);
- The top 100 non financial TNCs. http://www.unctad.org/sections/dite_dir/docs/wir2010_anxtab27.xls (acesso abril 18, 2011)
- OPIC. <http://www.opic.gov/> (acesso abril 28, 2011);
- GDP Growth. http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?order=wbapi_data_value_2006%20wbapi_data_value%20wbapi_data_value-first&sort=asc (acesso abril 21, 2011);
- PIB de Argentina cresceu 9.2%. <http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2011/03/18/pib-de-argentina-cresceu-92-em-2010-indec.jhtm> (Acesso abril 21, 2011);
- PIB do Brasil é o terceiro maior com crescimento em 2010. <http://economia.ig.com.br/pib+do+brasil+e+o+terceiro+com+maior+crescimento+em+2010/n1238130344223.html> (acesso abril 21, 2011);
- Alta da Selic confirma o Brasil como o maior pagador de juros. <http://exame.abril.com.br/economia/brasil/noticias/alta-da-selic-confirma-o-brasil-como-maior-pagador-de-juros> (acesso abril 14, 2011)
- Valor do Benefício. http://www.mte.gov.br/seg_desemp/beneficio.asp (acesso abril 25, 2011);
- Características do Programa do Seguro Desemprego. <http://www.mte.gov.br/Trabalhador/SeguroDesemp/estatistica/Caracteristicas/Conteudo/3337.pdf> (acesso abril 25, 2011)
- Bolsa Família. <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia> (acesso abril 25, 2011)
- Balança Comercial de 2010 tem o pior superávit da gestão Lula. <http://economia.estadao.com.br/noticias/economia,balanca-comercial-de-2010-tem-pior-superavit-da-gestao-lula,49498,0.htm> (acesso abril 14, 2011)
- World's largest oil and gas companies http://www.petrostrategies.org/Links/worlds_largest_oil_and_gas_companies.htm (acesso abril, 20 2011)
- Ranking Transnacionais Brasileiras. <http://acervo.ci.fdc.org.br/AcervoDigital/Relatórios%20de%20Pesquisa/Relatórios%20de%20pesquisa%202010/Relatório%20Ranking%202010%20-%20Português.pdf> (acesso abril 27, 2011)
- Bndes empresta o triplo do crédito do Banco Mundial. <http://noticias.r7.com/economia/noticias/bndes-empresta-o-triplo-do-credito-do-banco-mundial-20110310.html> (acesso abril 27, 2011)

Bndes deve retomar internacionalização em 2011.

<http://exame.abril.com.br/economia/brasil/noticias/bndes-deve-retomar-internacionalizacao-em-2011> (acesso abril 27, 2011)

O Bndes não é banco de investimento.

http://www.diap.org.br/index.php/noticias/artigos/5623-o_bndes_nao_e_banco_de_investimento (acesso abril 27, 2011)